

ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE  
ENERGIA S.A.

3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª Emissão Pública de Debêntures da ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- CNPJ/MF: 13.017.463/0001-63
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Maurício Perez Botelho
- Atividades: (i) atuar no setor de energia de qualquer tipo, seja gerando, transmitindo, distribuindo, comercializando, ou, ainda, operando ou gerenciando para terceiros usinas produtoras, linhas de transmissão e redes de distribuição e quaisquer empreendimentos energéticos; (ii) realizar estudos, empreender projetos ou construções relativamente a usinas, linhas ou redes ou empreendimentos energéticos; (iii) fabricar e comercializar peças, produtos e materiais de sua atividade social e de setores de grande utilização de energia; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior, bem como prestar serviços, consultoria e assessoria administrativa, financeira, de negócios e de mercado, inclusive para importação e exportação de bens e serviços, seja a terceiros, seja às empresas em que participar, direta ou indiretamente, fornecendo-lhes apoio técnico e tático.

## Características da Emissão

- Data de Emissão: 30/10/2013
- Data de Vencimento: 30/10/2019
- Banco Escriturador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Código Cetip/ISIN: ENSE13/ BRENSDBS063
- Coordenador Líder: Banco Safra S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados para resgatar antecipadamente a 1ª. Emissão simples, da espécie subordinada, com garantia adicional, para distribuição pública da Emissora.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com

garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE\*, realizada em 26/04/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, em razão da deliberação que aprovou o aumento do capital social da Companhia.

Em AGE, realizada em 17/06/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, em razão da deliberação que aprovou o aumento do capital social da Companhia.

\*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,83 em 2015 para 0,86 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,09 em 2015 para 1,03 em 2016;

➔ Liquidez Seca: de 1,09 em 2015 para 1,03 em 2016;

➔ Giro do Ativo: de 0,66 em 2015 para 0,70 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 2,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou um aumento de 8,9% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 2,5% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo redução de 3,6% de 2015 para 2016 e uma variação positiva no índice de endividamento de 1,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 1.000.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 115,5% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

31/10/2016 – R\$ 200.000,000000

Juros:

31/10/2016 – R\$ 131.321,976000

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 60

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 60

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, o índice financeiro previsto no item 5.4.2 da Escritura de Emissão.

**GRUPO ENERGISA**  
**APURAÇÃO DE COVENANTS FINANCEIROS (R\$ mil)**  
**4T16**

Covenants	4T16
<b>Dívida Total / EBITDA</b>	<b>Ok</b>
Contratado	<b>3,50 x</b>
Apurado	<b>2,78 x</b>

Apuração do EBITDA	
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>253.767</b>

Apuração da Dívida	
<b>Dívida Total Líquida</b>	<b>706.062</b>
<b>Caixa e Equivalentes</b>	<b>98.736</b>
<b>Subvenção Baixa Renda</b>	<b>6.302</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	
Encargos de Dívidas	3.612
Saldo de Principal de Curto Prazo	152.865
Saldo de Principal de Longo Prazo	523.407
Instrumentos Financeiros Derivativos	(61.092)
Déficit Atuarial	192.308

Apuração do EBITDA	1T16	2T16	3T16	4T16
<b>EBITDA Ajustado</b> (EBIT + Depreciação + Fundo de Pensão + Acréscimo Moratório)	<b>46.957</b>	<b>73.908</b>	<b>50.029</b>	<b>82.874</b>

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**



## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

## Anexo 1

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015 (reapresentado)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	57.648	83.957
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	32.621	22.606
Consumidores e concessionárias	6	169.180	181.690
Estoques		872	998
Tributos a recuperar	7	49.382	49.385
Instrumentos financeiros derivativos	28	28.632	-
Ativos financeiros setoriais	9	44.391	17.552
Outros créditos	10	40.612	38.957
<b>Total do circulante</b>		<b>423.338</b>	<b>395.145</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	8.466	9.047
Consumidores e concessionárias	6	14.556	9.209
Tributos a recuperar	7	10.332	11.799
Créditos tributários	12	105.941	127.580
Depósitos e cauções vinculados	20	39.642	36.487
Instrumentos financeiros derivativos	28	59.681	57.407
Ativos financeiros setoriais	9	11.190	54.741
Contas a receber da concessão	13	345.783	274.526
Outros créditos	10	567	667
		<b>596.158</b>	<b>581.463</b>
<b>Investimento</b>		<b>366</b>	<b>366</b>
Intangível	14	477.899	526.209
Imobilizado	14	5.906	6.332
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.080.329</b>	<b>1.114.370</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.503.667</b>	<b>1.509.515</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2016	2015 (reapresentado)
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	87.347	81.493
Encargos de dívidas	16	3.612	3.250
Empréstimos e financiamentos	16	139.961	77.749
Debêntures	17	12.904	13.238
Tributos e contribuições sociais	18	33.710	41.280
Passivos financeiros setoriais	9	47.958	52.317
Obrigações estimadas		5.135	5.349
Encargos setoriais	19	14.844	27.825
Taxa de iluminação pública arrecadada		5.721	4.868
Instrumentos financeiros derivativos	28	25.860	31.147
Benefícios a empregados	29	22.732	16.402
Outras contas a pagar		9.324	8.032
<b>Total do circulante</b>		<b>409.108</b>	<b>362.950</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	15	2.377	2.377
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	499.407	584.331
Debêntures	17	24.000	36.000
Tributos e contribuições sociais	18	34.444	23.539
Passivos financeiros setoriais	9	11.888	9.312
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	27.192	26.240
Encargos setoriais	19	7.263	3.870
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.389	16.053
Benefícios a empregados	29	169.576	105.408
Outros		3.677	3.070
<b>Total do não circulante</b>		<b>781.213</b>	<b>810.200</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	21.1	382.898	382.898
Reservas de capital		3.330	3.330
Reservas de lucros	21.2 e 21.3	22.496	9.842
Dividendos adicionais propostos	21.4	10.266	-
Outros resultados abrangentes	21.5	(105.644)	(59.705)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>313.346</b>	<b>336.365</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.503.667</b>	<b>1.509.515</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 2

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2016	2015 (reapresentado)
Receita operacional líquida	22	1.049.435	1.000.240
Custo do serviço de energia elétrica	23	(782.944)	(743.838)
<b>Lucro bruto</b>		<b>266.491</b>	<b>256.402</b>
Despesas gerais e administrativas	23	(103.319)	(114.875)
Outras receitas	24	5.503	2.654
Outras despesas	24	(6.751)	(6.011)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>161.924</b>	<b>138.170</b>
Receita financeira	25	57.387	31.734
Despesa financeira	25	(69.458)	(214.807)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(12.071)</b>	<b>(183.073)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>		<b>149.853</b>	<b>(44.903)</b>
Imposto de renda e Contribuição social corrente	12	(6.120)	(23.066)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	12	(45.305)	56.857
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<b>98.428</b>	<b>(11.112)</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$</b>	<b>26</b>	<b>503,44</b>	<b>(56,84)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 3

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.  
Aracajú - SE

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

"Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Reconhecimento de receita - fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nos 3.2 e 22 às demonstrações financeiras, o faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia é volumoso e pulverizado, o que resulta na dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com regime de competência.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo de reconhecimento de receita incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos sobre o faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; realização de procedimentos de análise de variação dos saldos; teste de valorização da receita, confrontando com as expectativas geradas a partir de nosso conhecimento da indústria; testes de amostragem, confrontando as informações do faturamento com os dados de consumo individual e tarifas aprovadas pelo Órgão Regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

#### **Provisão para riscos e passivos contingentes**

A Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob controle da mesma (nota explicativa nº 20). Devido a razões diversas, algumas dessas disputas podem não estar corretamente avaliadas, quantificadas ou adequadamente registradas. A administração em conjunto com seus assessores jurídicos precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, consolidadas e integradas com a contabilidade.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo a provisão para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### **Instrumentos financeiros derivativos**

Conforme nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos, que visam, principalmente, a proteção contra a oscilação nos empréstimos e financiamentos pelas taxas de câmbio e juros. Devido à complexidade do processo de valorização e marcação a mercado, incluindo a metodologia e premissas, existe o risco significativo de que os valores atribuídos a esses instrumentos financeiros derivativos não estejam corretamente quantificados e apresentados nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo aos instrumentos financeiros derivativos incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para as instituições financeiras; seleção de transações individuais para teste, incluindo o confronto das informações utilizadas nos cálculos com os respectivos contratos; utilização de especialistas internos para revisão das premissas utilizadas pela administração na valorização dos instrumentos financeiros derivativos e reexecução dos cálculos; e revisão das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4